



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 006/2022

PARECER JURÍDICO Nº 035/2022

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 013/2022, DE
AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, QUE
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA
MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Interessado: DIRETORIA LEGISLATIVA

I – Relatório:

O objeto da presente análise é o Projeto de Lei Ordinária nº 013/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a criação, organização e estrutura da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, e dá outras providências”. A proposição veio acompanhada de justificativa e do competente impacto orçamentário-financeiro.

O processo está regularmente autuado e desenvolvido em ordem cronológica. Certidão da lavra do Diretor Legislativo atesta o cumprimento das disposições do artigo 196 do Regimento Interno. A proposição foi lida na sessão plenária ordinária deste dia 08 de março de 2022, estando submetida ao regime ordinário de tramitação.

De conformidade com o rito regimental, veio para parecer prévio, a teor do que determina o artigo 241, parágrafo 1º, do Regimento Interno. É o relatório.

II – Análise Jurídica:

II.1 – Da Forma:

O Projeto de Lei Ordinária em referência tem por escopo criar, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, órgão responsável pela centralização de todas as ações de Defesa Civil no município de Parauapebas.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 006/2022

No que toca à competência para legislar sobre a matéria, é preclaro que o objeto da proposição se insere nas matérias delegadas à competência legislativa municipal, refletindo assuntos de interesse local expressamente arrolados no artigo 8^o da Lei Orgânica do Município, visto que trata da organização administrativa atinente à prestação dos serviços públicos de interesse local e à realização das atividades de defesa civil.

A iniciativa da proposição indubitavelmente pertence ao Chefe do Poder Executivo, visto que a matéria gravita em torno da organização da Administração e dos serviços públicos postos à disposição da população, cria cargos na estrutura funcional do Poder Executivo e cria, estrutura e atribui encargos a órgão público na Administração, subsumindo-se às hipóteses de reserva de iniciativa consignadas no artigo 53, incisos II, V e VII da Lei Orgânica Municipal², reforçadas pelas competências privativas asseguradas ao Prefeito no artigo 71, inciso VIII, da mesma Lei³.

Ultrapassado o ponto, há que se observar que o projeto de lei ordinária é a proposição hábil à pretensão do autor, tal que a matéria não faz parte do rol de objetos que exige tratamento por lei complementar, previsto no artigo 222, parágrafo 2^o, do Regimento Interno desta Casa e no artigo 52, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal.

Quanto à técnica legislativa da proposição, anoto que há adesão às prescrições da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação de leis e outros atos normativos, não se evidenciando a necessidade de correções no texto proposto.

¹ Art. 8^o Ao Município de Parauapebas compete prover tudo quando diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

VIII – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

(...)

XXV – realizar atividades de defesa civil, inclusive as de combate a incêndio e prevenção de acidentes naturais, em coordenação com a União e o Estado;

² Art. 53 São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

II – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional;

(...)

V – organização administrativa, serviços públicos e de pessoal da administração;

(...)

VII – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

³ Art. 71 Compete, privativamente, ao Prefeito:

(...)

VIII – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração pública municipal, na forma da lei;

(...)



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 006/2022

II.2 – Da Matéria:

No que pertine ao objeto da proposição, vislumbra-se que, como dito alhures, a matéria, no cerne, de criar a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC no município de Parauapebas, disciplinando também os aspectos complementares. Em lacônicas linhas, destaco que a proposição trata dos seguintes objetos:

- a) cria a Coordenaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, define suas competências, atribuições e estrutura organizacional (arts. 1º a 5º);
- b) cria o cargo de Coordenador de Defesa Civil, define suas atribuições e padrão de remuneração (arts. 6º a 8º);
- c) define a composição e as atribuições das Gerências Operacional (arts. 9º e 10), Administrativa e Logística (arts. 11 e 12), do Serviço Social (arts. 13 e 14), dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (arts. 15 e 16) e de Monitoramento e Vistoria Técnica (arts. 17 e 18), e cria os respectivos cargos de chefia (parágrafos únicos dos arts. 10, 12, 14, 16 e 18);
- d) cria as Brigadas de Emergências e define as atribuições (arts. 19 e 20);
- e) cria cargos na estrutura funcional da COMPDEC e define as respectivas atribuições, conforme as previsões dos Anexos I e II (art. 23)
- f) revoga os arts. 46 ao 64 e 66, da Lei Municipal nº 4.545, de 19 de novembro de 2013, que disciplinavam a Coordenadoria de Defesa Civil (art. 26);
- g) altera os Anexos I e XVII da Lei Municipal nº 4.230, de 26 de abril de 2002, para incluir os cargos e atribuições previstos no presente projeto à estrutura funcional do Poder Executivo Municipal;
- h) altera o art. 2º, inciso VIII, da Lei Municipal nº 4.576, de 22 de agosto de 2014, para ampliar a quantidade do cargo efetivo de Assistente Social, de 70 (setenta) para 74 (setenta e quatro); e
- i) altera o art. 8º da Lei Municipal nº 4.632, de 28 de dezembro de 2015, para aumentar a quantidade do cargo efetivo de Entrevistador Social, de 20 (vinte) para 34 (trinta e quatro).

Da análise dos dispositivos que compõem a proposição em exame, constata-se que suas disposições não conflitam com o ordenamento vigente, na medida em que cuidam de criar, estruturar e definir atribuições para a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e suas estruturas subordinadas, e criar e ampliar cargos comissionados e efetivos destinados à execução das atribuições da nova Coordenadoria. Quanto a estes, por importarem em medida que amplia os



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 006/2022

gastos públicos, vislumbra-se que o Executivo apresenta o competente impacto orçamentário-financeiro, a teor do que exige a Lei nº 4.230/2002, demonstrando a conformidade da proposta com a legislação de regência.

III – Conclusão:

À vista de todo o exposto, esta Procuradoria **ENTENDE**, **CONCLUI** e **OPINA** pela viabilidade de tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 013/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a criação, organização e estrutura da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, e dá outras providências”.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Parauapebas/PA, 08 de março de 2022.

ALANE PAULA ARAÚJO
Procuradora Geral Legislativa
Portaria nº 007/2021